

Deputado José Soeiro comenta casamento homossexual

11-Nov-2009

Em comentário às declarações da Igreja Católica, que veio sugerir a realização de um referendo sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo, o deputado do Bloco José Soeiro reiterou a oposição do Bloco em relação ao referendo.

BLOCO REJEITA REFERENDO E CASAMENTOS DE SEGUNDA

"É a proposta de quem quer adiar a igualdade e impedir que as escolhas de cada um sejam respeitadas. Não está em causa se cada pessoa é contra ou a favor do casamento, mas o respeito pelas escolhas afectivas de cada um e cada uma e o reconhecimento pelo Estado das escolhas de todos os cidadãos. Não faz sentido que, num direito que não retira nada a ninguém, pudesse haver uma decisão de alguns que impedisse outros de decidirem sobre as suas vidas". Além disso, afirmou, "ao contrário da maioria das leis que se aprovam no Parlamento, esta é das questões mais discutidas na sociedade portuguesa, tem havido dezenas e dezenas de debates e discussões públicas sobre este tema" e que "as eleições foram claras e os compromissos estão esclarecidos. O Parlamento está legitimado e há hoje uma maioria que é favorável à igualdade no acesso ao casamento civil", pelo que a lei deve ser aprovada o mais rápido possível. "É uma forma não apenas de respeitar as escolhas individuais, mas de inclusão nos direitos civis e de dignidade das várias formas familiares que existem já hoje".

Em relação às propostas de Aguiar-Branco, presidente da bancada do PSD, acerca de uma "união civil registada" que reconhecesse alguns direitos não tendo o nome de casamento, o deputado do Bloco rejeitou claramente essa ideia. "Não faz sentido haver casamentos de primeira e de segunda como se houvesse cidadãos de primeira e de segunda", adiantando que o Bloco se "opará sempre à ideia de os casais do mesmo sexo poderem ter direitos mas marcados pelo ferrete da discriminação, que seria o resultado de criar um gueto legal para um casamento diferente do casamento de todos". "Ou há igualdade ou não há. Não podem reconhecer-se direitos pela metade. O reconhecimento do acesso sem discriminações ao casamento civil é uma questão fundamental de igualdade na democracia e de respeito pelas pessoas", declarou.